

CONTRAPONTO DA FILOSOFIA DA HISTÓRIA EM HEGEL E MARX**Ivanor Luiz Guarnieri¹**

RESUMO: As análises produzidas neste artigo são resultado de pesquisa desenvolvida em torno do problema da concepção de História na Filosofia da História de Marx e Hegel. O sentido universal dos estudos filosóficos permite analisar elementos de ordem ampla sobre os quais se debruçam também os estudiosos da ciência da História. Em vista disso, optou-se por apresentar os resultados da pesquisa direcionando o texto, primeiramente, sobre aspectos da metodologia da história, para em seguida mostrar as perspectivas opostas dos quais partem Hegel e Marx. Colocando a racionalidade como principal característica do homem, ou como ser de trabalho, Hegel e Marx acabam por construir significados diferentes e concepções opostas acerca dos fundamentos da História. É esta oposição que procura ser esboçada neste trabalho.

Palavras-chave: Filosofia, Filosofia da História, Metodologia de História.

Introdução

A hipótese se há um sentido na história e, em havendo qual seria este sentido, pode ser tomada como fio condutor da exposição que aqui se apresenta, não sem antes fazer algumas considerações.

A história, como ciência, ao menos como nós a entendemos, a partir da criação de cadeiras de história nas universidades, teve um início recente. No século 19, no conjunto de teorias e ciências nascidas no belicoso e imperialista solo europeu, se irá formatar a disciplina de história, no processo de expansão do capitalismo europeu que requeria materiais e matéria-prima para suas indústrias. Por conta disso, foi levado ao território africano o barulho da Revolução Industrial, só que de modo mais aterrador, com tiros e explosões variadas, procurando dominar os habitantes das regiões africanas, ou explodindo montanhas e construindo minas em busca materiais preciosos para a construção de indústrias a se expandirem continuamente.

¹ Mestre em História pela UFF – Universidade Federal Fluminense; Mestrando em Filosofia pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professor de Filosofia e Metodologia de História da UNIPAR – Universidade Paranaense, campus de Cascavel – PR

A necessidade de conhecer a cultura dos povos das regiões, para melhor dominá-los, bem como de criação de mapas de localização dos lugares mais apropriados para exploração, levou os europeus a impulsionar o desenvolvimento da antropologia e da geografia. A geografia, não por acaso, teve seu primeiro congresso internacional presidido por Leopoldo II, imperador belga, interessado que estava em dominar ricas áreas de mineração na África.

Nesse contexto se instauram os procedimentos metodológicos da história, que passará a ser reconhecida como ciência. Para tanto adotou muito da forma de trabalho e pesquisa das outras ciências de então. Primeiramente, a história recebia o modelo teórico do positivismo, graças ao predomínio da física. A física que naquele tempo era coroada como a ciência modelar, da qual as demais procuravam seguir as regras, ou ao menos se aproximar dela. O que hoje é chamado, com certo desdém, de Positivismo, deve muito aos princípios metodológicos da física, que acabaram contaminando as ciências humanas e, por conseguinte, a história.

Logo após a grande influência do Positivismo, os historiadores descobriram um poderoso ferramental teórico nas categorias de análise marxistas. Com a corrente historiográfica marxista, predomina a busca de um sentido de totalidade explicativa para os fenômenos históricos. Justiça se faça: a Escola de *Annales*, fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, vindo logo após o marxismo, apesar da extraordinária abertura propiciada, com a inclusão de inúmeros outros objetos e enfoques para o historiador, procurava ainda ter em vista certa visão de totalidade herdada do marxismo.

O mesmo não se pode dizer da chamada Nova História, originada na década de 60 do século passado, que acabou por fragmentar os objetos da história, pulverizando-os em inúmeros problemas raramente conectados, e que se julga terem um valor em si mesmo para o estudo. Trata-se de procedimento metodológico característico do mundo pós-moderno e de ambientes em que algumas pesquisas atuais são desenvolvidas.

A prudência e a humildade, porém, recomendam sempre o retorno aos grandes nomes da filosofia, procurando observar suas significativas contribuições. Não por acaso, o jornal “O Estado de São Paulo”, na edição de 22 de julho de 2007, anuncia a

publicação de várias obras dedicadas a Karl Marx. Numa dessas obras, intitulada “Karl Marx ou o espírito do mundo”, de Jacques Attali, o pensador alemão é definido como o primeiro teórico da mundialização, o que o torna, acima de tudo, atual. Atualidade e presença da teoria marxista que pode ser percebida, entre outras, em sua concepção de história, cuja influência marca profundamente desses estudos.

O presente trabalho apresenta algumas nuances da filosofia da história em Marx e Hegel. Na primeira seção trata de algumas idéias de Marx presentes em “A Ideologia Alemã” e no “Manifesto Comunista”. Em seguida destaca a posição de Hegel acerca da história, para, na terceira parte, retornar brevemente a Marx, e, ao final citar alguns pontos de distanciamento entre Marx e Hegel.

I

Elemento de substancial importância no desenvolvimento da teoria marxiana, a história é reconhecida por Marx como o palco das lutas de classes. Lutas que se sucedem em diferentes modos de organização social ao longo da história.

Toda sociedade possui uma base material sustentada pelo trabalho humano, único capaz de produzir riqueza e bens necessários à satisfação das diferentes necessidades do homem. Saber como o trabalho foi organizado historicamente, e perceber elementos comuns entre os diferentes sistemas de produção, requer análises capazes de atingir os fundamentos dos diferentes sistemas de organização da produção social.

A afirmação contida originalmente em “A Ideologia Alemã” de que “conhecemos apenas uma única ciência, a ciência da história” (MARX; ENGELS, 1987, p.23), dá uma idéia da importância da história para Marx, e a relevância das considerações e análises que, ao tomar algum objeto para estudo, reconheça nele seu caráter histórico. Escrita em 1846, “A Ideologia Alemã”, a exemplo do “Manifesto Comunista” de 1848, permite notar que em Marx já havia preocupação com a dimensão histórica das análises feitas sobre economia, política e sociedade.

De tal sorte a história ocupa papel relevante na teoria marxiana, que numa obra de divulgação das idéias socialistas, encontramos logo na abertura do primeiro capítulo a frase que hoje é quase um chavão: “A história de todas as sociedades que existiram até hoje tem sido a história das lutas de classes” (MARX, 1988, p. 75). Ainda no “Manifesto Comunista”, logo em seguida, há uma brevíssima descrição de classes antagônicas, opondo-se historicamente: homens livres e escravos, patrícios e plebeus, barões e servos, mestres de corporações e companheiros, são personagens centrais na análise dos modos de produção feita por Marx. De alguma forma são também esboço preliminar e uma prova de como Marx já tinha uma orientação histórica definida, a ser utilizada nas pesquisas e aprofundamentos que foram feitos em obras posteriores e de maior fôlego, como se nota no “*Grundrisse*” e em “O Capital”.

No item *história* da obra “A Ideologia Alemã”, Marx afirma “[...] que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (MARX, 1987, p. 39). Nota-se aqui o predomínio do sentido concreto da existência humana, isto é, em Marx, não se há de encontrar ensaios e flertes com justificativas transcendentais, no sentido supra-humano, no sentido religioso. Embora seus escritos transcendam o específico da história factual, não o nega, pois antes quer ver as relações concretas desveladas em seus fundamentos.

No plano mais amplo da história humana, após ter afirmado a necessidade de existência física dos homens, pois sem isso sequer história haveria, faz em seguida, desdobramento lógico apontando para as necessidades que precisam ser satisfeitas, como comer, abrigar-se, vestir-se, entre outras. O desenvolvimento seguinte da análise indica o trabalho como fator fundamental para a satisfação das necessidades, ao dizer que,

O primeiro ato histórico é, portanto a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos (MARX, 1987, p. 39).

Quando Marx se refere a toda a história, impõe um sentido de totalidade e universalização próprias da Filosofia da História. Esta é entendida como a história do gênero humano, e não a história deste ou daquele povo em particular, embora as histórias particulares acabem por compor o conjunto da história universal, e o filósofo perscrute nestas os fundamentos daquela aquilatando seus movimentos.

Considerando o que adverte Hegel, de que a Filosofia da História “[...] *no es otra cosa que la consideracion pensante de la historia*” (HEGEL, 1953, p. 17 - grifo do autor). Tem-se então, dentro do espírito iluminista em que Hegel se inscreve, o papel da Filosofia da História que é buscar um sentido, uma razão para a história universal, isto é, uma explicação racional destituída de subjetividade.

Ora, considerar a história a partir de um sentido racionalmente colocado, implica considerar um princípio norteador, pelo qual seria possível demonstrar que há uma razão que rege a história. “*Pero el único pensamiento que aporta es el simples pensamiento de la razón, de que la razón rige el mundo y que, por tanto, tambien la historia universal há transcurrido racionalmente*” (HEGEL, 1953, p. 20). Sendo o homem, na distinção feita por Hegel, o único animal capaz de racionalidade, cabe a ele descobrir o sentido da razão presente na história, procurando eliminar da pesquisa aquilo que pertence ao contingente. Portanto, deve ser buscado um fim universal, não particular, pois “*damos por supuesto, como verdad, que em los acontecimientos de los pueblos domina um fin último*” (HEGEL, 1953, p. 21).

Logicamente a idéia de um sentido para a história não significa que haja imobilidade. A busca pelo sentido se refere aos fundamentos que norteiam as variações históricas, mesmo porque, para Hegel, só há história onde há variações, onde há mudança, que seguem em direção a um fim último que é a concretização da racionalidade.

Se o primeiro elemento apontado por Hegel para a Filosofia da História é a existência de um princípio que rege a História, o segundo elemento é a caracterização

do sujeito da História, que, para ele, é a razão, ou o espírito absoluto, ou mesmo Deus. Nesse último caso, fiel à idéia iluminista de razão, Deus seria uma espécie de intelecto a determinar as leis que regem a história. O homem em sua existência, aparece como uma espécie de operário submetido a leis universais, colocadas por esta divina razão ou razão divinizada.

Dizendo que Deus não quer ver seus filhos de cabeça vazia e espírito estreito, mas sim ricos de conhecimento e particularmente do conhecimento acerca do próprio Deus, e de suas leis. Desse modo Hegel insere o homem em um contexto de determinações, pois, “*siendo la historia el desarrollo de la naturaleza divina en un elemento particular y determinado*” (HEGEL, 1953, p. 36). Então os atos particulares nessa história se inscrevem de modo necessário. Mas, sobre o elemento determinado e particular só se pode ter um conhecimento particularizado. O que se deseja, não é isso, pois “*tiene que haber llegado en fin necesariamente el tiempo de concebir tambien esta rica producción de la razón creadora, que se llama la historia universal*” (HEGEL, 1953, p. 36). O sujeito é Deus, que ordenou todas as coisas. Então, para não ser cabeça vazia, cabe ao homem, ao adquirir conhecimento, descobrir esta ordem histórica universal estabelecida por Deus.

Marx se vale das concepções hegelianas da história, porém para ele o sujeito da história são os próprios homens, e não em Deus como razão universal. Para ele são os homens em suas relações concretas que se constroem e se fazem a si mesmos pelo trabalho. Por isso, da afirmação de que o primeiro fato histórico é a existência de seres humanos vivos, que sofrem necessidades e transformam a natureza, para satisfazer as necessidades. É do modo como os homens se organizam para produzir e transformar, do modo como organizam o trabalho, que se devem inferir os princípios que regem a história universal.

Uma concepção de história precisa, portanto, atender as idéias definidas por Marx como base primeira. Ou seja, é da existência concreta dos homens que se deve partir. Portanto, “essa concepção da história consiste, pois, em expor o processo de produção, partindo da produção material da vida imediata” (MARX, 1987, p. 55). Eis o

princípio norteador das investigações realizadas, e o elemento que está na base de todas as formas de organização da história do gênero humano.

Se em Hegel há variações para que exista história, em Marx estas variações poderiam ser chamadas de modos de produção, que são os diferentes modos como os homens se organizam para o trabalho e pelo trabalho. Que sejam eles denominados de modo de produção asiático, escravista, feudal, capitalista, variando enquanto sistemas, não importa tanto quanto reconhecer que há neles um elemento comum, qual seja, o fato de em todos eles existir a dominação de uma classe sobre outra, de em todos eles existir dominantes e dominados. A base desse domínio de uns sobre outros é a econômica, isto é, a produção material a partir da qual se estabelecem formas de exploração que são dissimuladas pela estrutura de leis, normas, e valores que escondem a dominação e a fazem parecer natural.

II

Para Marx as investigações históricas deveriam levar em consideração, primeiramente, esta base material. Porém “toda concepção histórica, até o momento, ou tem omitido completamente esta base real da história, ou tem considerado como algo secundário, sem qualquer conexão com o curso da história” (MARX, 1987, p. 57).

Observe-se, por exemplo, a concepção de história dada por Hegel, e o sentido que ela tem. Como Hegel parte do princípio de um espírito absoluto, e considera a existência de um razão como princípio presente na história, toma a racionalidade como a principal característica do homem, que se valendo dela deve descobrir o fio condutor da história. Hegel, ao caracterizar o homem como ser racional põe nisso seu *ser*, sua natureza, ou substância. Desse modo, procura observar na história as diferentes proximidades e afastamentos dessa natureza humana em relação às condições de existência. Na relação da essência do homem com sua existência, o critério adotado é o do maior ou menor desenvolvimento da liberdade e racionalidade humanas. Por isso sua concepção de história começa com um afastamento entre ser e existir, para progressivamente aproximar as condições de existência do homem de sua essência, culminando a junção das mesmas no Estado moderno.

Desse modo, no ponto de partida da história universal, Hegel argumenta que há uma oposição entre o ser do homem e sua existência. As condições de existência negam o ser do homem, ou contradizem sua essência, que a racionalidade. Entre os orientais, por exemplo, colocados pó Hegel no ponto de partida da história, a escravidão impede o desenvolvimento da racionalidade e extingue a liberdade. Entre eles apenas o monarca é efetivamente sujeito da história. Mas talvez nem mesmo esse, se for levado em conta o sentido pleno da palavra *sujeito*, pois “*los orientales no saben que el espiritu, o el hombre como tal, es libre en si. Y como no lo saben, no lo son. Solo saben que hay uno que es libre*”. Porém, talvez nem mesmo este, já que, devido as arbitrariedades que comete “*este uno es, por lo tanto, um déspota, no um hombre libre, um humano*” (HEGEL, 1953. p. 48).

E assim, desde o ponto de partida da história, quando a *essência* do homem e sua *existência* se encontravam no ponto mais equidistante entre si, desde o início e na seqüência de toda a história humana, esta estaria em processo de superação dessa contradição. E em tal processo, acredita Hegel, que o homem ao se esclarecer sobre sua natureza, supera gradativamente a contradição entre ser e existência, uma vez que “*la historia univeral es el progreso em la consciência de la libertad [...]*” (HEGEL, 1953. p. 49), dentro de uma perspectiva de desenvolvimento do espírito, incrementado ainda mais com o advento da educação.

Numa perspectiva otimista, acredita Hegel que “*el verdadero bien, la divina razón universal, es tambien el poder de realizar-se a si mismo. (...) Este bien, esta razón, em su representación mas concreta, es Dios*” (HEGEL, 1953, p. 61). Cabe a Filosofia conduzir os homens ao conhecimento do mundo real, isto é, do mundo ordenado por Deus. Se há leis que regem o mundo, estas foram ordenadas por Deus, Suprema Razão. Cabe ao homem alcançá-las pelo conhecimento deste plano divinal.

Se o primeiro momento da história começa quando o homem se une ao trabalho, embora permaneça distante o ser do homem, isto é a razão e a liberdade, das condições de existência, o processo histórico conduzirá ao segundo momento, no qual estará se constituindo o Estado. Para Hegel, [...] *um Estado bien constituido y será fuerte em si mismo cuando el interes privado de los ciudadanos esté unido a su fin*

general y el uno enciente em el outro su satisfacción y realización” (HEGEL, 1953, p. 69). Embora ele reconheça haver disputas e contendias na história, até que o Estado finalmente atinja seu fim.

No começo da história do Estado “[...] *el fin se determinara más precisamente en el de conservar la cidade de Atenas o la de Roma [...]*” (HEGEL, 1953, p. 69). Mas já há um progresso, no sentido de que os indivíduos começam a submeter-se ao desígnio do Estado.

Hegel descreve o momento seguinte, da cultura germano-cristã, como um período da história universal ainda mais desenvolvido, em direção à plenitude dos homens como sujeitos da história. A idéia cristã de que todos são iguais e as primeiras considerações de que os homens são livres e racionais, são marcos da superação da concepção limitada de homem. Nessa *marcha da evolução* como se expressa Hegel, o Estado moderno é constituído para garantir a liberdade e a igualdade, e os desígnios de Deus expressos na lei. Mas, em sendo assim, onde estão os indivíduos concretos? Para Hegel a individualidade deve estar submetida aos interesses do Estado, para o próprio bem desses indivíduos.

De qualquer forma, na modernidade a essência do homem, isto é, sua racionalidade e sua liberdade, se encontrariam com suas condições de existência, pois que se cumpriria a finalidade da história, que representa em Hegel “[...] *la evolucion de la conciencia que el espiritu tiene de su libertad y también la evolución de la realización que esta obtiene por médio de tal conciencia*” (HEGEL, 1953, p. 137).

III

Marx compartilha com Hegel a idéia de que a história tem um sentido. Porém para Marx o sentido é inverso daquele atribuído por Hegel. A começar pelo princípio que - como foi apontado anteriormente em “A Ideologia Alemã” -, o primeiro pressuposto histórico é o da existência de seres humanos vivos, e o primeiro ato histórico é a produção de bens necessários à vida.

Com relação ao processo histórico, em Hegel a história tem em seu início uma grande dicotomia entre o ser do homem e a sua existência. Há um progresso, contudo, que vai deste início paulatinamente convergindo ser e existência humana, pela utilização da racionalidade no entendimento do sentido da história, até culminar, finalmente, com a modernidade, na qual o homem ao agir e desenvolver racionalmente sua existência compreenderia o espírito do mundo expresso no devir histórico.

Em Marx o sentido é oposto. No início há uma unidade indiferenciada entre homem e natureza, desdobrando-se um determinado movimento que separa progressivamente o homem e a natureza. Desde o primeiro homem que se descobre livre e racional, depois alguns homens livres, isto é, os dominadores nos diferentes modos de produção, até chegar ao Estado burguês, onde o homem é livre, porém, distantes da natureza. Homem e natureza se diferenciam cada vez mais num movimento que perpassa a história.

O problema em Marx não é tanto saber como as sociedades do passado se organizaram, mas compreendê-las no contexto da história universal para analisar como se processa o desenvolvimento histórico que leva a constituição da sociedade capitalista. A questão é saber como as diferentes sociedades organizam o trabalho necessário a produção dos bens, pois o trabalho está na base de todas elas e saber enfim como isso resulta na organização capitalista.

Ao analisar os modos de produção, a começar pelo asiático, pois é o primeiro em que aparece o trabalhador, já há nele separação entre aquele que produz e, ao menos, um dos meios de produção. Neste modo de produção, a terra, trabalhada pelas diferentes comunidades, não é propriedade de quem nela trabalha, está separada do trabalhador. Se por um lado o trabalhador tem a posse para produzir, por outro lado a propriedade da terra não lhe pertence, pertence aos *Brahmanes*, no caso da Índia, ou ao Faraó, no caso do Egito. Em favor destes os camponeses devem pagar tributos pelo uso da terra. É a primeira separação, o trabalhador trabalha a terra que é propriedade de outrem, nesse caso do Estado que é dominado pelas castas superiores. Por outro lado, se o trabalhador não tem a terra, porém permanece ainda com ele a ferramenta, o conhecimento, os fundos de consumo. De todo modo, é um primeiro movimento do processo que

culminará na total separação do trabalhador dos meios de produção, das ferramentas, do conhecimento e mesmo dos víveres, quando ocorre a forma de organização do modo de produção capitalista.

O estudo dos modos de produção, escravista, na Roma antiga e na Grécia, feudal, na Europa da Idade Média, e capitalista, compõe o quadro das análises de Marx, que demonstra logicamente o progressivo afastamento homem-natureza, e o desenvolvimento que resultou na organização capitalista, na qual o homem é livre apenas juridicamente, já que o trabalhador continua submetido e preso às condições econômicas as quais, na esfera do mercado, o forçam a vender sua força de trabalho em troca de salário. A compreensão desse último sistema ocupou a vida intelectual de Marx e resultou na obra “O Capital”, que não será abordada aqui, pois fugiria dos propósitos deste trabalho.

A guisa de conclusão é possível apresentar brevemente ao menos algumas diferenças: ao otimismo de Hegel, contrapõe-se certo pessimismo de Marx. A história em Hegel tem um final na modernidade. Em Marx vivemos até agora a pré-história da humanidade, a ser iniciada com um novo sistema onde não haja mais exploração entre as classes. Na concepção hegeliana os conflitos estão diluídos ou não aparecem, enquanto na Filosofia da História marxiana o conflito é patente. Por fim, o sujeito da história na teoria de Hegel é um ser supra-sensível, enquanto em Marx são os próprios homens encarnados em diferentes condições concretas de existência que são os sujeitos da história.

O retorno às grandes reflexões em torno da Filosofia da História permite compreender pontos de intersecção e separação entre dois dos maiores teóricos da Filosofia, cuja influência permanece aguda nos métodos de abordagem da própria ciência da História. A perenidade de suas análises torna atuais seus estudos e exigem seguidos estudos de suas teorias, que aqui se procurou traçar contornos em contrapontos sistematicamente apresentados.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

HEGEL, J. G. F. *Lecciones sobre la Filosofia de la História Universal*. Madrid : Revista do *Occidente*, 1953.

MARX, K. **Manifesto Comunista**. São Paulo : Graal, 1988.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo : HUCITEC, 1987.

_____. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. “Os Economistas”).

Jornal **O Estado de São Paulo**. 22/07/2007.